



**IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA ELECTRÓNICA NO
CONTEXTO DA VIGILÂNCIA E RESPOSTA INTEGRADAS ÀS
DOENÇAS NA REGIÃO AFRICANA DA OMS**

Implementação da vigilância electrónica no contexto da Vigilância e Resposta Integradas às Doenças na Região Africana da OMS

O fardo inaceitavelmente elevado das doenças transmissíveis e a ameaça emergente das doenças não transmissíveis (DNT) representam ameaças sérias para os Estados-Membros da Região Africana da OMS. Estas ameaças exigem uma acção urgente aos níveis local, nacional e regional para ultrapassar os desafios de saúde, económicos e sociais que estão profundamente interligados, com ênfase na disponibilidade e acessibilidade dos serviços necessários.

Todos os anos, são notificados mais de 100 eventos agudos de saúde pública na Região, e mais de 95% destes são relativos a doenças infecciosas. Embora alguns países estejam a utilizar sistemas electrónicos para a recolha, compilação e comunicação de dados, a maioria dos países africanos continua a usar apenas ferramentas à base de papel, sobretudo aos níveis periférico e intermédio.

Esta situação resulta frequentemente numa gestão inadequada dos dados e no uso insuficiente da informação para a acção. Além disso, a falta de políticas para a normalização das ferramentas electrónicas dificulta a boa produção e a partilha dos perfis nacionais e regionais dos países no que diz respeito às doenças prioritárias, afecções e eventos do mecanismo de Vigilância e Resposta Integradas às Doenças.

Uma maneira de otimizar a recolha oportuna dos dados e transpô-los numa resposta imediata para a tomada de decisões é fazendo uso de uma plataforma chamada Vigilância Electrónica (eSurveillance). A Vigilância electrónica consiste no uso de sistemas electrónicos para facilitar as funções de prevenção, previsão, detecção e resposta de vigilância da saúde pública a qualquer evento agudo de saúde pública.

Benefícios da Vigilância Electrónica

Os potenciais benefícios da Vigilância Electrónica incluem: notificação, investigação e resposta atempadas a surtos epidémicos; maior qualidade dos dados; capacidade de monitorização virtual e quase em tempo real das doenças; redução dos custos do sistema; flexibilidade; geração de alertas automáticos; maior interoperabilidade; e normalização e portabilidade. Além disso, a informação pode ser mais facilmente guardada e acedida.

A Vigilância Electrónica pode facilitar o trabalho de cada funcionário de um sistema de saúde, embora se destine mais concretamente ao pessoal responsável pela gestão de dados, a todos os níveis, ao pessoal com funções de supervisão e de programas para doenças específicas, ao nível intermédio, e a decisores ao nível nacional. Isto está igualmente alinhado com o quadro operacional da VRID, em que cada categoria de profissionais de saúde tem um papel a desempenhar na produção de informação para a acção.

Por outro lado, a VRID tem em conta a abordagem Uma Só Saúde, que é uma estratégia que dirigida aos eventos de saúde humana, dos animais domésticos, da vida selvagem e dos ecossistemas. Por exemplo, 75% das doenças emergentes e reemergentes mais recentes que afectam a saúde humana são de origem animal (p. ex., a gripe das aves). A Vigilância Electrónica toma em consideração as ligações

intersectoriais para facilitar a utilização dos recursos escassos, potenciando eficazmente as capacidades dos diversos sectores para uma melhor prevenção e controlo das doenças.

Em 2006, os Estados-Membros recomendaram que o Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) fosse implementado utilizando o quadro da VRID, sobretudo no reforço das capacidades essenciais para a vigilância e resposta. O quadro da VRID ilustra as funções, as actividades e as competências necessárias para se implementar um sistema de vigilância e resposta coordenado e abrangente. Até à data, 44 dos 47 países da Região Africana estão a implementar a VRID.

A Vigilância Electrónica reforça os sistemas de saúde

A Vigilância Electrónica é fundamental para se cumprirem os requisitos do RSI 2005 e as Orientações Técnicas revistas da VRID, e os módulos de formação vão aumentar a capacidade dos profissionais de saúde a todos os níveis do sistema de saúde do país. Foram identificadas actividades para cada nível, para facilitar a detecção, notificação, análise, investigação, resposta, comunicação, monitorização, avaliação e preparação.

As actuais orientações da VRID visam 44 doenças, afecções e eventos de saúde pública prioritários. O objectivo destas orientações inclui o reforço das capacidades de vigilância e resposta a cada nível do sistema de saúde, através do desenvolvimento das capacidades locais e potenciando os pontos fortes e as áreas de especialidade através de parcerias e coordenação. As parcerias são bastante úteis na coordenação dos contributos para a saúde, e para se evitar a duplicação e a fragmentação dos recursos e dos esforços.

Para se tirar o máximo proveito das parcerias é preciso que haja um esforço por parte dos parceiros, governos e actores não-estatais nos países, para que todos se envolvam. As parcerias-chave ajudam a desenvolver as capacidades para incrementar a implementação do RSI 2005 e da VRID através do trabalho em rede das instituições de investigação em saúde pública, da avaliação dos riscos das doenças transmissíveis e da melhoria dos sistemas de gestão da informação.

Foi demonstrado que a implementação inadequada da VRID conduz a atrasos na notificação e resposta a surtos epidémicos, com a conseqüente morbidade e mortalidade elevadas e implicações económicas adversas, aos níveis local, regional e internacional. Estes efeitos ficaram mais patentes sobretudo nos países afectados pela epidemia de doença por vírus Ébola.

Em resposta à crise do Ébola e a outras emergências, o Escritório Regional da OMS para a África criou um Grupo Orgânico de Segurança da Saúde e Emergências (HSE) para liderar, coordenar e apoiar todas as acções relativas a eventos de saúde pública. O Grupo Orgânico vai ajudar a reduzir os efeitos adversos destes eventos através da prevenção, alerta e detecção precoces, e operações de resposta rápida e eficaz em situações de emergência agudas e prolongadas, decorrentes de quaisquer perigos com conseqüências para a saúde.

Em linha com o exposto acima, o Escritório Regional da OMS para a África tem estado a colaborar de perto com a Agência de Defesa para a Redução de Ameaças (DTRA), o Centro de Controlo e Prevenção

de Doenças dos EUA (CDC), a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a *Public Health Practice – LLC* e a Rede Africana de Epidemiologia de Campo (AFENET), entre outras, para introduzir a Vigilância Electrónica no contexto da VRID, do RSI 2005, da abordagem Uma Só Saúde e da Ciber saúde, na Região Africana.

ASIGB e SITAG criados para apoiar a Vigilância Electrónica

De modo a implementar com êxito a Vigilância Electrónica, é crucial assegurar a criação e o funcionamento optimizado das duas seguintes estruturas: i) o Conselho Africano de Governança da Vigilância Informática (ASIGB), que fornece orientações aos Estados-Membros sobre a implementação da Vigilância Electrónica; e ii) o Grupo Consultivo Técnico para a Vigilância Informática (SITAG), que fornece orientação e apoio à avaliação do estado da Vigilância Electrónica.

O ASIGB interino é composto pelas principais partes interessadas e parceiros, tendo realizado duas reuniões consultivas, uma em Pretória, na África do Sul, em 2013 e outra em Brazzaville, no Congo, em 2014. Além disso, foi elaborada uma nota de orientação sobre a Vigilância Electrónica, que foi distribuída aos Ministérios da Saúde da Região Africana.

Foi desenvolvida uma ferramenta de avaliação da Vigilância Electrónica e vários grupos multisectoriais receberam formação sobre as melhores formas como realizar a avaliação no contexto específicos dos países. Os Representantes da OMS nos países identificaram Responsáveis de Prevenção e Controlo de Doenças de países seleccionados para trabalharem como pontos focais no domínio da Vigilância Electrónica nos seus respectivos países.

Estão presentemente a ser finalizados relatórios de avaliação do estado dos sistemas de vigilância das doenças no contexto da Vigilância Electrónica no Burquina Faso, Camarões, Quénia, Nigéria e Uganda. Estas avaliações irão fornecer dados para informar o ASIGB sobre a planificação futura de sistemas interoperáveis no seio das diversas estruturas em cada país.

As etapas para a criação da Vigilância Electrónica no contexto da VRID ao nível nacional incluem:

1. Criar/reforçar a estrutura de coordenação da Vigilância Electrónica ao nível nacional: fazendo uso dos grupos de trabalho nacionais existentes para a VRID e/ou o RSI. As autoridades nacionais são incentivadas a criarem um órgão de coordenação composto por todas as partes interessadas necessárias para coordenar a implementação da Vigilância Electrónica. Este grupo de trabalho deverá incluir peritos nacionais de informática em saúde pública e representantes dos Ministérios da Saúde, Agricultura e/ou Vida Selvagem.
2. Elaborar planos específicos a cada país para a implementação da Vigilância Electrónica: os planos nacionais de acção serão elaborados recorrendo ao guia genérico de planeamento estratégico regional da OMS. Todos os ministérios relevantes do governo deverão ser envolvidos durante o processo de planeamento.

O Escritório Regional da OMS para a África irá continuar a desempenhar um papel fundamental de **Liderança, Apoio Técnico e Advocacia** para a implementação da Vigilância Electrónica. **Liderança,**

levando as partes interessadas a criarem e operacionalizarem o ASIGB e o SITAG; fornecendo liderança em termos de políticas e desenvolvendo as normas e os padrões pertinentes; e promovendo o empenho político nacional para a Vigilância Electrónica, no contexto da VRID.

Apoio Técnico, desenvolvendo ferramentas normalizadas para avaliar o estado actual da Vigilância Electrónica nos países da Região Africana; elaborando um guia de planeamento estratégico para a Vigilância Electrónica; apoiando os Estados-Membros a desenvolverem capacidade institucional sustentável para a gestão de dados de eventos de saúde pública, em sintonia com a VRID e o RSI 2005, e promovendo o desenvolvimento sistemático das capacidades da força laboral; e apoiando o ASIGB a criar sistemas de monitorização e avaliação para medir os progressos e fazer melhorias.

Advocacia, na forma da prestação de apoio técnico e disponibilização de recursos aos Estados-Membros, que sirva para estabelecer compromissos políticos nacionais com a implementação da Vigilância Electrónica. A OMS, em estreita colaboração com os parceiros, continuará a prestar apoio aos Estados-Membros na implementação da Vigilância Electrónica, documentação das boas práticas e defendendo a obtenção de recursos adicionais aos níveis nacional e internacional para a sustentabilidade desta iniciativa.

Para mais informações, contacte:

Contactos técnicos:

Dr. Fall Ibrahima-Soce; Tel: +472 413 9695; Email: socef@who.int
Dr. Yahaya Ali Ahmed; Tel: +472 413 9248; Email: aliahmedy@who.int
Dr. Soatiana Rajatonirina; Tel: +472 413 9126; Email: rajatonirinas@who.int
Dr. Peter Gaturuku; Tel: +472 413 9185; Email: gaturukup@who.int
Sr.ª Senait Fekadu; Tel: +472 413 9429; Email: tekestes@who.int

Contacto de imprensa:

Dr. Cory Couillard; Tel: + 472 413 9995; Email: couillardc@who.int